



NOSSO NEGRO PASSADO E VULNERABILIDADE SOCIAL ATUAL

OUR BLACK PAST AND CURRENT SOCIAL VULNERABILITY

Walace Rodrigues¹

RESUMO: Este escrito busca explorar as complicadas relações étnico-raciais brasileiras com a vulnerabilidade social de alguns grupos sociais. Aqui nos detemos sobre a população negra brasileira e sua exclusão de importantes áreas produtivas e sociais. Buscamos pensar, também, a relação entre vulnerabilidade social e a vasta população negra brasileira. Esta pesquisa se coloca como teórica de cunho bibliográfico. Os resultados deste escrito nos mostram um descaso histórico para com os negros no Brasil, o que pode ter ajudado a excluir esse grupo das camadas mais influentes da vida econômica e social do país. Também, acreditamos que é pela via da educação que os estereótipos contra os negros podem ser desconstruídos.

Palavras-chaves: Negros; Relações étnico-raciais; Vulnerabilidade social; Educação.

ABSTRACT: This paper seeks to explore Brazil's complicated ethnic-racial relations with the social vulnerability of some social groups. Here we focus on the Brazilian black population and their exclusion from important productive and social areas. We also tried to think about the relationship between social vulnerability and the vast Brazilian black population. This research is

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Doutor em Humanidades pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Universidade Federal do Tocantins, UFT.

presented as a bibliographical theoretical. The results of this paper show us a historical disregard for blacks in Brazil, which may have helped to exclude this group from the most influential strata of the country's economic and social life. Also, we believe it is through education that stereotypes against blacks can be deconstructed.

Keywords: Blacks; Ethnic-racial relations; Social vulnerability; Education.

1.INTRODUÇÃO

Podemos verificar em nossa história que a atitude de considerar a branquitude como positiva e a negritude como negativa foi uma construção social com o objetivo de subjugar e submeter os negros aos trabalhos mais pesados existentes em nossa história econômica.

Nossa sociedade branca soube utilizar-se desse mecanismo social discriminatório e aplicá-lo em todas as estratificações da sociedade. E as reverberações desse mecanismo discriminatório podem ser vistas ainda hoje no mercado de trabalho brasileiro, relegando os negros aos cargos piores remunerados.

Felizmente nossa sociedade começa a dar alguns passos (poucos ainda) na direção de solucionar esse problema da disparidade entre negros e brancos no mercado laboral. Um desses passos é a lei de cotas nas universidades federais (Lei 12.711/2012), facilitando o acesso de jovens negros, indígenas e pobres ao ensino superior gratuito e de qualidade.

Este artigo busca, portanto, compreender um pouco essa trajetória histórica do pensamento escravocrata das elites brasileiras, algo que acreditamos ainda existir na sociedade atual e influenciar nosso capitalismo.

Ainda, esse escrito se coloca, metodologicamente, como uma pesquisa teórica de cunho bibliográfico. Buscamos apoio em uma bibliografia que faz referência direta aos movimentos negros no Brasil para subsidiar as discussões aqui levantadas.

2.NEGRO PASSADO E NEGRO PRESENTE

Podemos começar informando que, para este artigo, a escolha do adjetivo “negro” foi proposital. Tal adjetivo, no Brasil e em outros países onde a escravidão dos negros africanos foi uma realidade, não se relaciona somente à cor, mas tem um sentido pejorativo. O adjetivo negro pode significar obscuro, sombrio, triste, difícil, fúnebre, tétrico, entre outros sentidos negativos. Essa negatização de tal adjetivo pode estar ligada aos preconceitos étnico-raciais em relação aos escravos negros trazidos da África.

O cientista social Edgardo Lander (1993), da Universidad Central de Venezuela, de Caracas, nos informa sobre o impacto que o eurocentrismo teve e ainda tem na América Latina. Essa poderosa forma de compreender o mundo ainda é forte nos países latino-americanos, onde os indígenas, e mais tarde as populações negras, eram e são tratados de forma subalterna. O professor Lander nos diz que:

[...] construção eurocêntrica, que pensa e organiza todo tempo e espaço, toda a humanidade, a partir de sua própria experiência, colocando a sua especificidade histórica e cultural como referência superior e padrão universal. Mas é mais do que isso. Esta metanarrativa da modernidade é um dispositivo de conhecimento colonial e imperial onde se articula uma totalidade de povos, tempo e espaço, como parte da organização colonial/imperial de mundo. Uma forma de organização e de ser da sociedade, se transforma mediante este dispositivo colonizador do saber na forma “normal” do ser humano e da sociedade. Os outros modos de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento são transformados não só em diferentes, mas em carentes, em arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. Estão localizados em um estágio anterior do desenvolvimento histórico da humanidade, o qual, dentro do imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade. (LANDER, 1993, p. 10, tradução nossa)

Essa forma contundente de pensar foi fortemente utilizada no Brasil colônia e se perpetuou em nossa história. O eurocentrismo parece ter se solidificado em nossa sociedade e servido de base para os mecanismos discriminatórios contra os indígenas, num primeiro momento, e os negros escravizados, num segundo momento.

Ainda, lembremos que a escravidão do negro africano foi fator fundamental de riqueza para esta colônia portuguesa em terras americanas. Os negros foram objetos de compra e venda e mão de obra para todos os meios produtivos brasileiros na colônia. Eles trabalhavam para seus senhores dentro e fora de casa. Essa “tradição” de exploração do trabalho negro e a desvalorização deste trabalho parece ter, ainda, um eco na sociedade brasileira. A estudiosa

Wlamyra Albuquerque (2006) deixa-nos ver a importância do trabalho dos escravos negros durante o Brasil colônia:

Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. Nas cidades, eram eles que se encarregavam do transporte de objetos e pessoas e constituíam a mão-de-obra mais numerosa empregada na construção de casas, pontes, fábricas, estradas e diversos serviços urbanos. Eram também os responsáveis pela distribuição de alimentos, como vendedores ambulantes e quitandeiras que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades brasileiras (ALBUQUERQUE, 2006, p. 65).

O professor Wallace Rodrigues (2017, p. 691) nos mostra que esses trabalhos dos negros escravos foram vastamente registrados por artistas viajantes que passaram pelo Brasil colônia, como no caso do pintor e gravurista francês Jean-Baptiste Debret: “Pintor com formação da escola de pintura neoclássica francesa, Jean-Baptiste Debret foi registrando as cenas que presenciava no cotidiano das cidades, incluindo os vários ofícios dos negros escravizados.”

Ainda, o mesmo professor, em um trabalho intitulado “A 'Ladeira da Preguiça' e o estereótipo histórico da preguiça dos negros”, de 2014, nos mostra que o estereótipo de preguiçoso dado aos negros é uma construção discursiva de poder dos donos de escravos, durante o Brasil colônia, para impor força e conseguir trabalho barato:

Essas imagens criadas por Debret não podem ser consideradas representações fidedignas da realidade de seu tempo, mas mostram uma semelhança muito próxima em relação às relações sociais entre escravos e homens livres que existiam naquela época, principalmente no Rio de Janeiro, a capital da corte. Debret criava textos imagéticos com riquíssimos detalhes e com uma certa preocupação documental. Várias imagens de escravos trabalhando demonstram que o mito da preguiça dos negros é uma falácia, uma representação criada para desmerecê-los. (RODRIGUES, 2014, p. 8).

Não podemos negar que os negros, hoje em dia, têm acesso a direitos sociais que jamais tiveram, como, por exemplo, à educação pública. Ainda, a exclusão do negro, durante muito tempo, em determinadas profissões (exemplo: médicos, engenheiros, advogados, arquitetos, entre outras) marcaram a sociedade brasileira. Se, no passado colonial, os ricos enviavam seus filhos a

Portugal para estudar, quando houve cursos superiores no Brasil, eles se restringiram à população branca e abastada. A historiadora da arte Ana Mae Barbosa (1995) nos mostra que a vinda da Corte para o Brasil deu início à educação superior no Brasil:

Quando D. João VI aportou no Brasil, para daí governar Portugal, criou as primeiras escolas de educação superior: Faculdade de Medicina, para preparar médicos para cuidar da saúde da corte; Faculdades de Direito, para preparar a elite política local; Escola Militar, para defender o país de invasores e uma Academia de Belas-Artes. Portanto, o ensino das Humanidades começou no Brasil pela Arte. (BARBOSA, p. 60).

Vale lembrar que nossas relações com a metrópole (Lisboa), no período colonial, sempre foi desigual. Isso se refletiu, como já mostramos, até mesmo no acesso ao ensino superior da época. A metrópole em vez de unir, desejava separar. Essas mesmas relações desiguais de poder se refletiram em todas as esferas sociais e marcaram a vida dos negros do Brasil colônia. Relações desiguais de poder entre negros e brancos sempre foi uma constante em nosso país.

Essa separação ficou ainda mais intensa durante os fins do século XIX e começos do século XX, principalmente no Rio de Janeiro, onde os cortiços eram uma das poucas alternativas de habitação para os negros libertos da escravidão e suas famílias. Conforme nos relatam Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho (2006) sobre os acontecimentos higienistas dessa época:

Os jornais, também carregados de preconceitos, incansavelmente, exigiam que fossem tomadas providências contra o que denominavam de “antros de imundície e desordem”. Julgava-se ser fundamental distanciar, social e geograficamente, essa população do centro da cidade, que também era o palco das decisões políticas nacionais. Quando, em janeiro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro, o cortiço conhecido por Cabeça de Porco foi destruído, os jornalistas elogiaram a ação do prefeito Barata Ribeiro. Jornalistas, médicos, políticos e a polícia enxergaram naquela demolição um investimento na saúde e na segurança pública, e ficaram indiferentes à sorte dos moradores negros e pobres. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 214).

Saindo dos cortiços, os habitantes pobres da cidade do Rio de Janeiro (negros em sua maioria) foram para os subúrbios e para as primeiras favelas. Esses mesmos autores também nos relatam sobre a histórica vulnerabilidade social imposta aos negros ainda hoje:

Segundo o Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro e o Centro de Estudos de Segurança

e Cidadania, em 2000 a taxa de mortalidade dos negros por homicídio foi 87 por cento maior do que a de brancos. Se a vítima for homem, a vulnerabilidade dos negros é ainda maior do que a dos brancos. Há várias explicações para esses índices, dentre elas a maior exposição dos jovens negros a situações de risco como o tráfico de drogas, a precariedade no atendimento de emergência nos hospitais públicos e a violência policial nas grandes cidades. As condições de vida nas favelas e subúrbios, onde a maioria dos moradores é negra, a falta de oportunidades no mercado de trabalho, a baixa escolaridade e o preconceito racial estão por trás desses números. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 300).

Podemos notar que a vulnerabilidade social dos negros é histórica no Brasil e vem sendo, ainda hoje, perpetuada pelas péssimas condições de acesso aos bens sociais (educação, saúde, trabalho, etc) e de consumo oferecidas à população negra brasileira

Ainda sobre o passado, Reginaldo Prandi (2000), professor de Sociologia da Universidade de São Paulo, nos informa como os escravos trazidos da África entraram no sistema econômico brasileiro como peças fundamentais para a manutenção das cadeias produtivas nacionais:

Não se tratava de um povo, mas de uma multiplicidade de etnias, nações, línguas, culturas. No Brasil foram sendo introduzidos nas diferentes capitanias e províncias, num fluxo que corresponde ponto por ponto à própria história da economia brasileira. A prosperidade econômica estava relacionada a uma intensificação da demanda de mão-de-obra escrava: não havia a possibilidade do progresso material sem que mais negros fossem importados, pois o trabalho era essencialmente africano e afro-descendente. (PRANDI, 2000, p. 52).

Segundo Sales Augusto dos Santos (2005), a abolição da escravidão no Brasil não amenizou a discriminação contra os negros livres. Ela somente fez com que os negros buscassem novos destinos às margens da sociedade estabelecida:

A abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afrobrasileiros (que já eram livres antes mesmo da abolição em 13 de maio de 1888) da discriminação racial e das consequências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria. A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros (SANTOS, 2005, p. 21).

Hoje em dia a sátira do comediante Paulo Gustavo¹ nos dá uma visão comitragica da

Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=bhjY9RTK1oI> ; <https://www.youtube.com/watch?v=seFeHkxWkBo> ; <https://www.youtube.com/watch?v=8DdTQw4ojpk> .

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 104-115, out/dez. 2017.

sociedade brasileira atual a partir do pensamento das elites econômicas. Seu personagem “Senhora dos Absurdos” demonstra-nos os extremos de nossa sociedade preconceituosa excludente e discriminatória. Ela odeia pobres, analfabetos, serviçais, negros, gays, lésbicas, indígenas, obesos, idosos, etc., enfim, todos que não sejam brancos, heterossexuais e endinheirados.

A “Senhora dos Absurdos” retrata, de maneira exagerada e tragicômica, o que Negro Belchior (2015), em seu artigo “O racismo é a forma de manutenção do capitalismo à brasileira”, publicado no jornal Carta Capital, afirma sobre como o capitalismo se utiliza dos mecanismos racistas para subjugar os mais fracos da cadeia econômica:

Não é mero acaso que ao ser abolida a escravidão aqui no Brasil, imediatamente se criou a política de imigração. Acompanhando o desenvolvimento do capitalismo, a ideologia do Esclarecimento referendou profundamente suas práticas justificando a exclusão com os ditos pensamentos científicos e higienistas que vez ou outra querem retornar à cena. (BELCHIOR, 2015, s/p)

As fontes de trabalho barato, encontradas pela elite brasileira da época, reafirmam um histórico de exclusão dos mais pobres, a mão de obra barata para o capitalismo à brasileira. Nesse sentido, indígenas e negros sofreram, e ainda sofrem, com os preconceitos étnicos, o que interfere diretamente em sua situação no mercado de trabalho formal e informal.

Ainda, a manutenção desta exploração desigual das relações de trabalho para os negros se refletem claramente na representatividade dos negros no mercado de trabalho e nos postos de maior qualificação profissional. Tudo isso resulta em uma maior vulnerabilidade social dos negros em relação aos brancos no Brasil. No caso brasileiro, todas as relações de poder, historicamente, sempre fizeram com que os brancos tivessem mais acesso aos bens sociais que os negros.

Ainda, vale informar aqui que o conceito de pobreza está diretamente ligado a aspectos monetários e econômicos, enquanto vulnerabilidade abarca um âmbito mais amplo da vida das pessoas, conforme nos informa Carlos Filgueira (2001):

Durante os anos noventa, o desenvolvimento do quadro "ativos-vulnerabilidade" ou um set-vulnerability-framework para expressá-lo em sua língua original, tornou-se uma das ideias mais inovadoras da literatura que estuda o fenômeno da pobreza nas sociedades

contemporâneas e em particular nos países da periferia. Na sua concepção inicial, o novo quadro foi guiado pelo interesse em demonstrar o potencial de uma abordagem sobre os recursos que podem mobilizar as famílias ou indivíduos sem circunscrever a noção de capital em termos exclusivamente econômicas ou monetários recorre a várias disciplinas, como sociologia, antropologia e psicologia social ... com políticas sociais preocupação e ferramentas de design (por exemplo, o combate à pobreza) ... identifica ativos importantes para o desempenho dos indivíduos, como o "capital social" (FILGUEIRA, 2001, p. 2, tradução nossa).

Tal pesquisador acredita ser possível criar estruturas (de bens, serviços e de desempenho de atividades) que deem oportunidades para que as pessoas deixem as situações de vulnerabilidade social. Acreditamos, também, que a via da educação seja uma das formas mais coerentes e eficazes dessa estrutura de oportunidades.

Também, entendemos o conceito de vulnerabilidade social pela via do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, através da publicação com o título de “Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros”:

De forma complementar ao que o IDHM retrata, o IVS dá destaque a um amplo conjunto de indicadores de situações que traduzem e refletem condições menos favoráveis de inserção social, refletindo a trajetória social das pessoas, de suas famílias e de seu meio social, seja em termos do capital humano, seja em termos de sua inserção no mundo do trabalho e da produção, ou em termos de suas condições de moradia e da infraestrutura urbana. A análise integrada do desenvolvimento humano com a vulnerabilidade social oferece o que se denomina aqui de *prosperidade social*. A prosperidade social é a ocorrência simultânea do alto desenvolvimento humano com a baixa vulnerabilidade social, sugerindo que, nas porções do território onde ela se verifica, ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera (BRASIL, 2015, p. 74).

Ainda sobre a conceituação de vulnerabilidade social:

As noções de “exclusão” e de “vulnerabilidade social” têm sido cada vez mais utilizadas, no Brasil e no mundo, por pesquisadores, gestores e operadores de políticas sociais, num esforço de ampliação do entendimento das situações tradicionalmente definidas como de pobreza, buscando exprimir uma perspectiva ampliada complementar àquela atrelada à questão da insuficiência de renda. Assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções antes de tudo políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária (BRASIL, 2015, p. 12).

Uma reportagem da Rádio Vaticano, intitulada “Brasil ainda tem 13 milhões de analfabetos”, de 8 de setembro de 2016, nos informa que os nordestinos negros adultos formam a grande parcela de analfabetos no Brasil:

No Brasil, de acordo com a ONU, o analfabeto é, na sua maioria, nordestino, negro, com baixa renda e com faixa de idade entre 40 e 45 anos. Nos últimos 14 anos, a taxa de analfabetismo caiu 4,3%. Todavia, os dados mais recentes do IBGE revelam que 8,3% da população com mais de 15 anos é analfabeta. Este percentual representa aproximadamente 13,2 milhões de brasileiros. Em zonas rurais, os dados do programa chamado “Educação para Todos”, da UNESCO, revelou que este índice chega a 25%. (RÁDIO VATICANA, 2016. s/p)

Esses números são de entristecer qualquer cidadão reflexivo e crítico. No entanto, eles representam mão de obra barata nas fazendas e empresas dos brasileiros mais ricos. Esses analfabetos são massa fácil de ser manipulada nas eleições e perpetuam os mesmos “coronéis” (de norte a sul do país) em seus cargos públicos eletivos, como nos informa a arte-educadora Ana Mae Barbosa (1995):

Sonegação de informação das elites para as classes populares é uma constante no Brasil, onde a maioria dos poderosos e até alguns educadores acham que esta história de criatividade é para criança rica. Segundo eles, os pobres precisam somente aprender a ler, escrever e contar. O que eles não dizem, mas nós sabemos é que, assim, estes pobres serão mais facilmente manipulados. (BARBOSA, 1995, p. 64).

Há que haver uma desconstrução das representações de “superioridade” dos brancos sobre os negros no Brasil. Essa desconstrução deve funcionar enquanto mecanismo de releitura da sociedade nacional e revelar aqueles que sempre foram subjugados e desmerecidos em nossa sociedade. Quando falamos de desconstrução nos referimos aqui às teorias de Jacques Derrida (1930-2004), onde os discursos são buscados e desvendados em suas intencionalidades, ausências de força e presença de poder.

Ainda, reforçando a tentativa de tornar os negros invisíveis dentro de vários segmentos discursivos da sociedade brasileira, a mídia de nosso país pouco (ou nunca) se utiliza de pessoas negras em publicidade.

Desconstruir significa, portanto, a nível conceitual, desvendar as relações assimétricas de poder existentes em nossa sociedade e tentar entender seus mecanismos de funcionamento. A Revista Contemporânea: Revista Uniletoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 104-115, out/dez. 2017.

partir daí poder-se-á ter uma compreensão mais clara da realidade dos papéis sociais e de importância das minorias ausentes nos espaços e discursos sociais.

Também, Jacques Derrida, que utilizou uma metodologia negativa em seu pensar sobre a desconstrução, é largamente utilizado pela pesquisadora indiana Gayatri Spivak no campo do pós-colonialismo. Nas palavras de Spivak (1996) “desconstrução” é:

Desconstrução não diz que não há sujeito, que não há verdade, que não há história. Ela simplesmente questiona os privilégios de identidade de alguém que acredita ter a verdade. Ela não é a exposição do erro. Ela está, constante e persistentemente, buscando como as verdades são produzidas. Daí o porquê que desconstrução não diz que logocentrismo é uma patologia, ou que fechamentos metafísicos são algo de que você pode escapar. Desconstrução, se alguém necessita uma fórmula, é, entre outras coisas, uma crítica persistente do que uma pessoa não pode não querer. (SPIVAK, 1996, p.27-28, tradução minha).

Neste sentido, temos que buscar compreender as relações assimétricas de poder existentes em nossa sociedade e tentar desconstruí-las através de vários meios: com escritos, com leis, com ações, com políticas sociais de inclusão, etc. De outra forma, há o perigo de se naturalizar um discurso etnocêntrico baseado na “superioridade” de uma pessoa em relação à outra.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou compreender como a sociedade brasileira (que é autoritária, oligárquica, vertical e extremamente hierarquizada) transforma as diferenças em desigualdades e opera naturalizando as desigualdades para fins de subjugar os mais fracos. Os negros, no Brasil, sofreram e sofrem com a naturalização da exclusão por parte das elites brancas.

Os afetos em relação à exclusão dos negros de áreas da sociedade brasileira e de determinados serviços parece ser algo que foi construído paulatinamente para marcar as relações desiguais de poder entre negros e brancos.

A desvalorização da negritude e tudo que se relaciona a ela parece ter sido, no caso brasileiro, historicamente solidificada nas mentalidades. Há que se desconstruir esse estereótipo e os preconceitos relacionados aos negros. Isso somente se faz com a inclusão da vasta população negra aos bens sociais essenciais, públicos e de qualidade, como educação, saúde, saneamento,

etc.

Nesse sentido, há que se trabalhar no espaço das diferenças para revelar as bem articuladas ensaiadas oposições convencionadas através de estereótipos. Além disso, devemos compreender que tratar os negros de forma generalizante é deformante e nos leva a um fechamento em relação aos vários saberes e fazeres que esses revelaram ao mundo.

Ainda, há que se valorizar as contribuições fundamentais dos negros para a formação e manutenção da cultura e da sociedade brasileiras, como, por exemplo, no campo da culinária, da linguagem, da música, da organologia, da religião, da dança, da literatura, enfim, nas mais variadas áreas do conhecimento humano.

Para finalizar, acreditamos que uma solução para o fim do racismo institucionalizado no Brasil seja uma educação para a tolerância, que respeite não somente os negros, mas todos que fazem parte do ambiente escolar e social. Mas esse tipo de educação somente acontece em escolas bem equipadas e com profissionais bem preparados e bem remunerados.

4. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação Pós-colonialista no Brasil: Aprendizagem Triangular. In: Comunicação e Educação. São Paulo, v.01, n.02, p. 59-64. jan./abr. 1995. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i2p59-64>

BELCHIOR, Negro. O racismo é a forma de manutenção do capitalismo à brasileira. In: Carta Capital. De 21 de set/2015. Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/o-racismo-e-a-forma-de-manutencao-do-capitalismo-a-brasileira>>_ Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira (editores).Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília: IPEA, 2015.

FILGUEIRA, Carlos H. Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social: aproximaciones conceptuales recientes. In CEPAL. Seminario Vulnerabilidad. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

Revista Contemporânea: Revista Unitoledo: Arquitetura, Comunicação, Design e Educação, v. 02, n. 01, p. 104-115, out/dez. 2017.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. IN: La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.). Buenos Aires: CLACSO, p. 04-18, febrero de 1993.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. In: Revista USP. São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

RADIO VATICANO. Brasil ainda tem 13 milhões de analfabetos. Reportagem de 8 de setembro de 2016. Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2016/09/08/dia_mundial_da_alfabetizacao_analfabetismo_no_brasil_10/1256376> Acesso em: 22 jun. 2017.

RODRIGUES, Wallace. A “Ladeira da Preguiça” e o estereótipo histórico da preguiça dos negros. Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder. Realizado entre 23 e 25 de set/2014 – UFG/Jataí, ISSN: 2178-1281., p. 1-11 Disponível em: <[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(271\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(271).pdf) .> Acesso em: 22 jun. 2017.

RODRIGUES, Wallace. Desconstruindo Discursos de Diferença na Escola. Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 687-706, Jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000200687&lng=en&nrm=iso.> Acesso em 26 Jun. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623657231>

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, p. 21-37, 2005.

SPIVAK, Gayatri. **The Spivak reader**. LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (org.). New York: Routledge, 1996.